



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº _____/14
(Do Sr. Guilherme Campos)

Requer a revisão de despacho inicial aposto ao Projeto de Lei nº 5539, de 2013, para que seja, também, apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no Art. 17, II, “a” c/c os Arts. 139, II, “a” e 32, VI, “c” do Regimento Interno, a redistribuição do Projeto de Lei nº 5.539, de 2013, do Deputado Júlio Campos, que “Altera a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, a fim de ampliar os benefícios do Regime Especial de incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para projetos de geração de energia elétrica por fontes solar ou eólica”, para que seja **incluída** na **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio** no rol das Comissões Permanentes que devem se manifestar sobre o mérito da proposição em destaque, visto que a mesma interfere na atividade econômica, campo temático da referida Comissão.

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei em questão visa ampliar os benefícios do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura – REIDI, para projetos de geração de energia elétrica por fontes solar ou eólica, cujos beneficiários, exarados na Lei nº 11.448, de 2007, são pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nos setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação.

Preliminarmente, destaque-se que projetos dessa natureza produzem impactos econômicos que carecem ser examinados. Assim, há que se levantar o

potencial eólico e solar do Brasil, a fim de se certificar acerca da possibilidade real de investimento. Além disso, toda aplicação de recursos necessita ter sua taxa interna de retorno averiguada, a fim de saber se o investimento suprirá as expectativas esperadas,



Tendo em vista que o referido Projeto interfere na atividade econômica e comercial, requiro sua redistribuição, a fim de incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio no rol das Comissões Permanentes que devem se manifestar quanto ao mérito da proposição.

Sala das Comissões, em _____ de 2014.

2